

A DÍVIDA NA ONU

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 21.09.1988

O Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar, convidou quatorze pessoas de várias partes do mundo para um debate informal e fechado à imprensa sobre a dívida externa. A reunião realizou-se no último fim de semana, em Nova York e contou com a participação do gerente executivo do FMI, do vice-presidente executivo do Banco Mundial, dos presidentes dos bancos Interamericano e Africano de Desenvolvimento, de quatro banqueiros, dois ex-ministros da área econômica, três economistas, entre os quais Saburo Okita do Japão e Abel Aganbenkyan da União Soviética, e do ex-chanceler da Alemanha Helmut Schmidt.

Nesta reunião houve acordo em relação a alguns pontos básicos: (1) a estratégia de financiamento e ajustamento adotada pelos bancos credores foi bem sucedida em evitar uma crise financeira internacional em 1982/83, mas foi incapaz de resolver o problema dos países devedores; (2) as consequências da tentativa de pagar a dívida sobre as economias dos países devedores são terríveis: transferência real de recursos para os credores provocando queda da taxa de investimentos e estagnação econômica, e elevação do déficit público provocando elevadas taxas de inflação; (3) também sobre as economias dos países credores, particularmente sobre a dos Estados Unidos, as consequências da dívida são muito negativas, já que esses países foram obrigados a reduzir mais de 30 bilhões de dólares em suas exportações para os devedores; (4) a redução da transferência de recursos via financiamentos adicionais, embora considerada desejável por uma parte dos presentes, não é uma alternativa realista; (5) a solução deve, portanto, passar por políticas de securitização, ou seja, de redução da dívida através do aproveitamento do desconto existente no mercado secundário; (6) a redução da dívida via mecanismos voluntários de mercado terá um papel limitado na solução do problema; (7) a solução mais adequada é o estabelecimento de uma autoridade multilateral para administração da dívida, que trocaria a atual dívida por títulos por ela emitidos (e, portanto, garantidos pelos países credores), repassando os descontos para os países devedores de acordo com as características de cada país e desde que os países beneficiados se disponham a fazer os ajustamentos internos necessários; (8) os custos dessa estratégia serão arcados principalmente pelos bancos, mas é preciso admitir que esses custos já foram incorridos visto que os países

devedores não têm condições de pagar; (9) os custos para os governos dos países credores, que instituiriam a autoridade multilateral responsável pela dívida, serão relativamente pequenos; (10) os riscos não apenas econômicos mas também políticos de continuar adiando (*muddling through*) a solução do problema são muito grandes; (11) para se adotar a solução adequada, entretanto, falta uma liderança política firme e corajosa entre os países credores, e falta uma maior pressão política e econômica por parte dos países devedores.

Em suma, já existem entre os países credores amplos setores que compreendem que o problema da dívida dos países em desenvolvimento é muito grave e que a única solução para ele é uma redução da dívida. A liderança política para resolver o problema terá que partir dos países credores, do Japão, que já está agindo nessa direção, e, quem sabe, do novo presidente que será eleito nos Estados Unidos. Mas essa liderança só terá condições internas, nos países credores, de ser exercida, se houver uma pressão econômica e política crescente por parte dos países devedores. Enquanto as elites empresariais e governamentais continuarem a não exercer essa pressão, limitando-se a tentar obter a boa vontade dos bancos credores, a solução do problema continuará sendo adiada indefinidamente.